



SIMULADO ESPECIAL

CNU

— BLOCO TEMÁTICO 4 —

Engenharias e Arquitetura - Pós-Edital

Simulado

Simulado Especial CNU (Bloco Temático 4)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **CNU**, cargo de **Bloco Temático 4 - Engenharias e Arquitetura**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/iMK1m9WDbXaLzVzEA>

01 - ABCDE	16 - ABCDE	31 - ABCDE	46 - ABCDE	61 - ABCDE	76 - ABCDE
02 - ABCDE	17 - ABCDE	32 - ABCDE	47 - ABCDE	62 - ABCDE	77 - ABCDE
03 - ABCDE	18 - ABCDE	33 - ABCDE	48 - ABCDE	63 - ABCDE	78 - ABCDE
04 - ABCDE	19 - ABCDE	34 - ABCDE	49 - ABCDE	64 - ABCDE	79 - ABCDE
05 - ABCDE	20 - ABCDE	35 - ABCDE	50 - ABCDE	65 - ABCDE	80 - ABCDE
06 - ABCDE	21 - ABCDE	36 - ABCDE	51 - ABCDE	66 - ABCDE	81 - ABCDE
07 - ABCDE	22 - ABCDE	37 - ABCDE	52 - ABCDE	67 - ABCDE	82 - ABCDE
08 - ABCDE	23 - ABCDE	38 - ABCDE	53 - ABCDE	68 - ABCDE	83 - ABCDE
09 - ABCDE	24 - ABCDE	39 - ABCDE	54 - ABCDE	69 - ABCDE	84 - ABCDE
10 - ABCDE	25 - ABCDE	40 - ABCDE	55 - ABCDE	70 - ABCDE	85 - ABCDE
11 - ABCDE	26 - ABCDE	41 - ABCDE	56 - ABCDE	71 - ABCDE	86 - ABCDE
12 - ABCDE	27 - ABCDE	42 - ABCDE	57 - ABCDE	72 - ABCDE	87 - ABCDE
13 - ABCDE	28 - ABCDE	43 - ABCDE	58 - ABCDE	73 - ABCDE	88 - ABCDE
14 - ABCDE	29 - ABCDE	44 - ABCDE	59 - ABCDE	74 - ABCDE	89 - ABCDE
15 - ABCDE	30 - ABCDE	45 - ABCDE	60 - ABCDE	75 - ABCDE	90 - ABCDE

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/bAPa>

CONHECIMENTOS GERAIS**DESAFIOS DO ESTADO DE DIREITO***João Trindade*

1. Acerca da governabilidade e da relação entre os Poderes, julgue os itens a seguir:

I – O Presidente da República pode exercer o poder de veto, inerente ao sistema de freios e contrapesos, em relação aos projetos de lei e às propostas de emenda constitucional.

II – No presidencialismo de coalizão, uma das formas tradicionais de o Chefe do Executivo buscar apoio político no Congresso Nacional é a partilha de ministérios com a base aliada.

III – Após a promulgação da Constituição de 1988, verificou-se um progressivo enfraquecimento do papel do Legislativo no equilíbrio de forças, especialmente por conta da redução da atuação desse poder no direcionamento de recursos orçamentários.

Está(ão) correto(s), apenas:

- a) I
- b) II
- c) III
- d) I e II
- e) I e III

2. Numa gincana jurídica, os grupos Beta, Ômega e Épsilon deveriam formular afirmações sobre as origens históricas do Estado de Direito e sua evolução. O grupo Beta afirmou que “o surgimento do conceito de Estado de Direito está ligado à derrocada do Absolutismo”. Por outro lado, o grupo Ômega afirmou que “O Brasil vivencia um pleno Estado de Direito desde a promulgação da Constituição de 1824”. Por sua vez, o grupo Épsilon defendeu a afirmação segundo a qual “Estado de Direito é um conceito dinâmico, enfrentando várias releituras ao longo do tempo”.

Pode-se afirmar que:

- a) apenas o grupo Ômega está errado.
- b) apenas o grupo Beta está errado.
- c) todos os grupos estão errados.
- d) apenas o grupo Épsilon está errado.
- e) apenas os grupos Beta e Épsilon estão errados.

DESAFIOS DO ESTADO DE DIREITO*Alessandra Lopes*

3. “A capacidade estatal de implementar políticas públicas não se limita à eficiência técnica da burocracia, mas depende da forma como os arranjos institucionais articulam atores estatais e sociais, promovendo legitimidade, deliberação e adaptação ao ambiente democrático.”

GOMIDE, Alexandre de Ávila; PIRES, Roberto Rocha C. (Orgs.). Capacidades estatais e democracia: arranjos institucionais de políticas públicas. Brasília: IPEA, 2014.

Com base nessa perspectiva, um exemplo de arranjo institucional com alta capacidade política é aquele que:

- a) Opera por meio de expertise técnica isolada, sem conexão com demandas externas.
- b) Contém mecanismos de escuta, deliberação e participação, mesmo com limitações de infraestrutura ou pessoal.
- c) Está restrito ao ciclo orçamentário federal e à lógica de execução verticalizada.
- d) Funciona com foco exclusivo em metas de desempenho e produtividade interna.
- e) Evita interferência de atores sociais e se baseia na autonomia decisória dos órgãos de controle.

4. Os conselhos gestores de políticas públicas emergem como uma forma institucionalizada de participação social na gestão estatal, representando uma inovação democrática ao permitir que segmentos da sociedade civil organizada exerçam controle e influência sobre a formulação e a implementação de políticas. Seu valor político não está na neutralidade, mas no caráter contraditório e plural das disputas presentes nesses espaços, onde diferentes visões de mundo, interesses e projetos de sociedade se confrontam.

Com base nessa perspectiva, pode-se afirmar que os conselhos:

- a) substituem os canais tradicionais de representação política, como os partidos e o parlamento, sendo expressão superior da vontade popular.
- b) são espaços de deliberação coletiva que, embora regulados pelo Estado, viabilizam o exercício do controle social e a ampliação da cidadania.
- c) atuam como mecanismos auxiliares do Executivo, com função consultiva limitada à aprovação de metas previamente definidas pelo governo.
- d) representam uma forma de participação direta, mas apenas entre atores governamentais e técnicos das respectivas áreas políticas.
- e) promovem a despolitização dos conflitos ao mediar a sociedade civil por meio de pactos previamente acordados com os agentes estatais.

5. Analise os itens a seguir sobre os diferentes modelos de Estado na tradição ocidental:

- I. O Estado absolutista, típico da transição do feudalismo para o capitalismo, concentra os poderes nas mãos do soberano, e sua legitimidade decorre do direito divino ou do pacto entre nobres e rei, não havendo separação clara entre os poderes.
- II. O Estado liberal de direito afirma-se como contraponto ao absolutismo, fundado no princípio da limitação do poder estatal, com ênfase na separação dos poderes, nas liberdades individuais e na propriedade privada como núcleo da cidadania.
- III. O Estado social, surgido no século XX, amplia a função estatal ao incorporar direitos sociais, econômicos e culturais, assumindo o dever de intervir na economia e de promover políticas de bem-estar coletivo.
- IV. O Estado democrático de direito mantém os pilares do Estado liberal e do Estado social, mas amplia a cidadania ao valorizar a participação popular, o pluralismo político, a igualdade material e o controle social das instituições públicas.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas os itens I, II e IV estão corretos.
- b) Apenas os itens II, III e IV estão corretos.
- c) Apenas os itens I, III e IV estão corretos.
- d) Apenas os itens I e II estão corretos.
- e) Apenas os itens I, II, III e IV estão corretos.

POLÍTICAS PÚBLICAS*Elisabete Moreira*

6. Levando-se em consideração o ciclo de políticas públicas, a fase de avaliação constitui um processo de julgamento acerca da validade das propostas para a ação pública, bem como sobre o sucesso ou a falha de projetos que foram colocados em prática. A partir dos anos 70, quando várias políticas vinculadas ao Estado do Bem-estar Social foram colocadas em xeque, passou-se a promover o estudo sobre o término ou a extinção de políticas públicas, cuja tarefa é dificultosa, entre outras razões, pela relutância dos beneficiados, além da inércia institucional. Nesse sentido, pode ser considerado um motivo dificultador para a extinção de uma política redistributiva:

- a) pequenos grupos que têm capacidade de organização de interesses substancialmente superior à dos grandes grupos.
- b) grupos beneficiários que conseguem fazer com que a política continue existindo, mesmo quando ela se mostra contrária ao interesse coletivo.
- c) a falta de atores políticos interessados em fazer uma “faxina” na política que não tem mais razão de existir.
- d) uma organização não governamental que luta para continuar produzindo fortes argumentos de urgência e necessidade para que seu trabalho continue percebido como relevante na sociedade.
- e) um alto grau de conflito gerado entre grupos beneficiários e pagadores.

7. As tipologias de políticas públicas são formas de classificar os conteúdos, os atores, os estilos e as instituições em um processo de política pública. James Wilson, por exemplo, desenvolveu uma tipologia na qual adota o critério da distribuição dos custos e benefícios, corroborando e complementando a tipologia de Lowi. O tipo de política pública na qual importam em benefícios coletivos, e os custos que ficam concentrados sobre certas categorias são classificadas em:

- a) Política majoritária.
- b) Política clientelista.
- c) Política empreendedora.
- d) Política de grupo de interesses.
- e) Política redistributiva.

8. A natureza política das políticas públicas, que interliga a *polity*, a *policy* e a *politics*, se traduz em artefatos gerenciais como planos, os quais se concretizam em ações de conteúdo tático-gerencial, a exemplo de

- a) programas.
- b) projetos.
- c) processos.
- d) atividades.
- e) tarefas.

9. Acerca da definição de políticas públicas, analise as alternativas a seguir:

- I. A abordagem estatista considera as políticas públicas, analiticamente, monopólio de atores estatais.
- II. A centralidade atual do Estado no estabelecimento de políticas públicas é consequência, por exemplo, do controle de grande parte dos recursos nacionais e, por isso, consegue elaborar políticas públicas robustas e temporais.
- III. Dentre as políticas governamentais estão as emanadas pelos diversos órgãos dos poderes e, em alguns casos, elas se diferem das políticas públicas.

Está correto o que consta APENAS em

- a) I e II, apenas.
- b) I e III, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) I, II e III estão corretos.
- e) I, II e III estão errados.

10. O processo de elaboração de políticas públicas também conhecido como ciclo de políticas públicas é um esquema de visualização e interpretação que organiza a vida de uma política pública em fases sequenciais e interdependentes. Entretanto, alguns estudiosos argumentam que o ciclo raramente reflete a real dinâmica da vida de uma política pública. Acerca do ciclo de políticas públicas, é correto afirmar:

- a) Um problema público é um conceito subjetivo, não existe senão na cabeça das pessoas, e sua definição é oficial e temporária.
- b) O modelo incremental contesta o ciclo de políticas públicas na medida que descreve que soluções muitas vezes nascem antes dos problemas.
- c) A delimitação do problema envolve definir quais são seus elementos, suas causas, soluções, culpados, obstáculos e avaliações, com vistas a resolver completamente o problema.
- d) A agenda da mídia dificilmente consegue condicionar as agendas institucionais.
- e) A teoria do equilíbrio pontuado explica, na fase de identificação do problema, porque alguns problemas entram na agenda política e outros não.

ÉTICA E INTEGRIDADE

Tiago Zanolla

11. Em uma roda de conversa promovida por uma corregedoria, servidores discutem o papel da diversidade nas relações institucionais. Parte do grupo entende que basta reconhecer diferenças de cor, idade e gênero. Outros, contudo, defendem que é necessário incluir também dimensões subjetivas, como valores e modos de agir, para prevenir práticas discriminatórias.

Com base nos princípios éticos no serviço público, assinale a alternativa correta.

- a) O respeito ao outro depende do quanto ele corresponde às expectativas sociais e culturais do servidor público.

b) A solidariedade gera apenas benefícios individuais, como a paz interior e o fortalecimento emocional do agente público.

c) A cooperação é incompatível com as diferenças culturais, pois exige unidade de pensamento para sua efetivação.

d) A diversidade em nível profundo está relacionada à superação de comportamentos discriminatórios e à valorização de valores distintos.

e) A inclusão social, no âmbito da diversidade, é menos relevante do que a igualdade formal no tratamento das pessoas.

ÉTICA E INTEGRIDADE

Stefan Fantini

12. A governança surgiu com objetivo de evitar a chamada

- a) Legitimidade
- b) Teoria da Agência
- c) Teoria de Maslow
- d) Teoria dos Três Poderes
- e) Accountability

13. São princípios da governança pública, EXCETO:

- a) Capacidade de resposta.
- b) Integridade.
- c) Confiabilidade.
- d) Melhoria regulatória.
- e) Sigilo.

ÉTICA E INTEGRIDADE*Antônio Daud*

14. Cláudio, estudando a matéria de "Transparência" para o Concurso Público Nacional Unificado (CPNU), segundo a Lei 12.527/2011, afirmou INCORRETAMENTE que

- a) Os serviços sociais autônomos (sistema S) que forem destinatários de recursos públicos federais decorrentes de contrato de gestão deverão divulgar informações relativas aos seus empregados, incluindo o quantitativo total de empregados da entidade e o quantitativo de funções gratificadas.
- b) Os serviços sociais autônomos (sistema S) que receberem contribuições deverão divulgar lista, discriminada por faixas salariais, das parcelas remuneratórias e indenizatórias de seus funcionários, incluídos os auxílios, as ajudas de custo, as gratificações, os jetons e quaisquer outras vantagens pecuniárias.
- c) Os serviços sociais autônomos (sistema S) que receberem recursos públicos federais decorrentes de contrato de gestão têm o dever de divulgar o plano de cargos e salários de seus funcionários, inclusive com a divulgação dos critérios para a evolução na carreira e para a fixação da política salarial.
- d) Os conselhos de fiscalização profissional, como o CREA, devem divulgar, de forma nominal e individualizada, lista das parcelas remuneratórias e indenizatórias de seus empregados, exceto se eventuais.
- e) Entidades privadas sem fins lucrativos, como as chamadas ONGs (Organizações Não Governamentais), que recebam recursos públicos, deverão dar publicidade aos valores recebidos e respectiva destinação.

15. Joana, jornalista investigativa, solicitou à Prefeitura do Município Alfa informações sobre os gastos com publicidade nos últimos dois anos. Após 18 dias, recebeu uma resposta negativa, sob o argumento de que os dados eram estratégicos para a administração e, por isso, sigilosos. Inconformada, Joana pretende recorrer. De acordo com a Lei 12.527/2011, a conduta da Prefeitura está:

- a) Correta, pois a administração pública pode, discricionariamente, classificar informações como sigilosas para proteger suas estratégias de gestão.
- b) Incorreta, pois a negativa de acesso à informação, quando não fundamentada na legislação, sujeita o responsável a medidas disciplinares.
- c) Correta, pois informações financeiras e contábeis de entes públicos são inerentemente sigilosas, não se submetendo à regra geral de publicidade.
- d) Incorreta, pois o prazo para resposta da administração já havia se esgotado, devendo a informação ser liberada automaticamente.
- e) Correta, pois o pedido deveria ter sido direcionado ao Tribunal de Contas, órgão competente para fiscalizar os gastos municipais, e não à Prefeitura.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL*Herbert Almeida*

16. Com base em entendimento consolidado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) acerca do regime jurídico dos servidores públicos, nos termos da Emenda Constitucional nº 19/1998, assinale a afirmativa correta:

- a) a decisão do STF declarou a inconstitucionalidade da EC 19/1998, restabelecendo o regime jurídico único para todos os entes federativos, com eficácia retroativa.
- b) a coexistência de regimes jurídicos para servidores públicos permanece vedada, exceto nas autarquias e fundações públicas, que admitem o regime celetista.
- c) a decisão do STF reconheceu a constitucionalidade da EC 19/1998, admitindo múltiplos regimes jurídicos para servidores públicos, desde que mantida a obrigatoriedade de estabilidade para todos os servidores ou empregados públicos admitidos nas entidades de direito público.
- d) a revogação da obrigatoriedade do regime jurídico único foi declarada constitucional pelo STF, permitindo aos entes federativos a adoção de regimes celetistas ou estatutários na administração direta, autárquica ou fundacional.
- e) a adoção do regime celetista pelos entes públicos tornou-se obrigatória após a decisão do STF, excetuadas as carreiras típicas de Estado, que continuam vinculadas ao regime estatutário.

17. Júlia foi contratada como engenheira civil pela Empresa Pública Gama, após ser aprovada em concurso público. Após dez anos de serviços prestados, Júlia foi informada de sua demissão, por meio de um comunicado oficial da empresa. No documento, a empresa pública alegou que a demissão se deu por "reestruturação organizacional e contenção de despesas". Júlia, inconformada com a decisão, argumentou que não houve processo administrativo disciplinar e que a motivação apresentada pela estatal era

insuficiente, pois não especificava qualquer irregularidade em sua conduta ou desempenho que justificasse a demissão. Considerando a tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), analise as seguintes alternativas sobre a demissão de Júlia e assinale a correta:

- a) a demissão de Júlia é inválida, pois a empresa pública não realizou um processo administrativo disciplinar antes de demiti-la.
- b) a demissão de Júlia é inválida, uma vez que a empresa pública não apresentou uma motivação fundamentada em justa causa prevista na legislação trabalhista.
- c) a demissão de Júlia é válida, desde que a motivação apresentada pela empresa pública seja formalmente registrada e contenha fundamento razoável, não havendo necessidade de processo administrativo ou de comprovação de justa causa.
- d) a demissão de Júlia é válida, pois empresas públicas e sociedades de economia mista não têm obrigação de motivar a demissão de seus empregados concursados.
- e) a demissão de Júlia é inválida, pois, embora a empresa pública tenha apresentado motivação, esta não especificou justificativa pessoal sobre o desempenho ou conduta de Júlia.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL*Stefan Fantini*

18. De acordo com o decreto-lei 200/67, as atividades de administração pública federal deveriam seguir cinco princípios. Indique a alternativa que não traz um desses princípios.

- a) Planejamento
- b) Coordenação
- c) Centralização
- d) Delegação de Competência
- e) Controle

19. É possível interpretar a Reforma do Aparelho do Estado de 1995 segundo cinco diretrizes principais. Indique a alternativa que não traz uma dessas diretrizes.

- a) Institucionalização.
- b) Racionalização.
- c) Rigidez.
- d) Publicização.
- e) Desestatização.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL

Leandro Ravyelle

20. O Governo Federal, no primeiro ano de uma nova gestão presidencial, decidiu propor alterações estruturais em programas de investimentos vinculados à infraestrutura logística do país, prevendo a execução de um projeto estratégico com impacto regional de longo prazo. Durante análise técnica, a Consultoria de Orçamento da Câmara dos Deputados alertou que a proposta orçamentária enviada pelo Poder Executivo previa a execução do referido projeto já no exercício seguinte, embora este não estivesse previsto no Plano Plurianual vigente.

Considerando o arcabouço constitucional e legal que rege o processo orçamentário brasileiro, assinale a alternativa correta:

- a) A inclusão de novo projeto estratégico de longo prazo no orçamento anual independe de sua previsão no PPA, desde que a LDO preveja metas e prioridades compatíveis.
- b) A proposta de Plano Plurianual a ser enviada pelo Presidente no seu primeiro ano de mandato deve observar os resultados do monitoramento e da avaliação das políticas públicas, uma vez que, o Poder Executivo deve, individual ou conjuntamente, realizar avaliação das políticas públicas, inclusive com divulgação do objeto a ser avaliado e dos resultados alcançados.

c) A Constituição Federal permite que programas não incluídos no PPA sejam executados diretamente por meio da LOA, desde que o Congresso Nacional os aprove via orçamento público.

d) A LDO, por ser instrumento de mediação entre planejamento e orçamento, tem o poder de autorizar a execução de programas mesmo que não previstos no PPA, por meio das prioridades elencadas para o ano seguinte.

e) O projeto em questão poderá ser incluído na LOA, desde que previsto na LDO, dispensando previsão no PPA, pois a vinculação entre os três instrumentos é meramente operacional, já que o investimento proposto não ultrapassa um exercício.

DIVERSIDADE E INCLUSÃO NA SOCIEDADE

Ricardo Torques

21. Considere o texto sobre a igualdade e a proteção dos direitos humanos.

“Se o combate à discriminação é medida emergencial à implementação do direito à igualdade, todavia, por si só, é medida insuficiente. Faz-se necessário combinar a proibição da discriminação com políticas compensatórias que acelerem a igualdade enquanto processo. Isto é, para assegurar a igualdade não basta apenas proibir a discriminação, mediante legislação repressiva. São essenciais as estratégias promocionais capazes de estimular a inserção e inclusão de grupos socialmente vulneráveis nos espaços sociais.”
(PIOVESAN, Flavia. *Temas de Direitos Humanos - 13ª Edição 2025*. 13. ed. Rio de Janeiro).

É exemplo de estratégia promocional capaz de estimular a inserção e inclusão de grupos socialmente vulneráveis nos espaços sociais:

- a) Ações afirmativas.
- b) Igualdade formal.
- c) Restrição à política de cotas.
- d) Discriminação negativa.
- e) Formação de estereótipos.

22. Considere o texto sobre a violência doméstica no Brasil.

“Levantamento da Rede de Observatórios da Segurança apontou o avanço da violência contra a mulher. Segundo a pesquisa “Elas Vivem: um caminho de luta”, a cada 24 horas, em média, 13 mulheres foram vítimas de algum tipo de violência no ano passado. O levantamento se refere a nove estados monitorados pela entidade.

O número de casos cresceu mais de 12% em relação a 2023. Foram mais de 4 mil ocorrências, sendo 531 feminicídios, apenas nesses estados.

O Amazonas, que aparece pela primeira vez no monitoramento, registrou 604 casos, ficando atrás apenas de São Paulo e Rio de Janeiro. Foram 33 feminicídios, 15 deles por parceiros ou ex-parceiros. No caso da violência sexual, 80% das vítimas tinham de 0 a 17 anos.”

Visando coibir a violência doméstica no Brasil, foi promulgada a Lei nº 11.340/2006, denominada Lei Maria da Penha. A referida legislação estabelece que qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria configurará violência:

- a) Psicológica.
- b) Sexual.
- c) Moral.
- d) Física.
- e) Jurídica.

23. A Universidade X, após caso de racismo em suas dependências, promoveu uma série de debates e palestras sobre o tema. Em uma das palestras o tema levantado foi a assimetria existente no âmbito da sociedade que acentua a distância social entre mulheres negras e os demais segmentos sociais. Segundo o Estatuto Nacional da Igualdade Racial (EIR), disciplinado pela Lei 12.228/2010, essa assimetria pode ser conceituada como:

- a) Discriminação racial.
- b) Desigualdade racial.
- c) Desigualdade de gênero.
- d) Desigualdade de gênero e raça.
- e) Estereotipagem de gênero.

24. Maria é pessoa idosa atualmente com 82 anos. Após uma mudança abrupta do tempo, ela foi internada com o diagnóstico de pneumonia. Alegando falta de estrutura, o hospital negou o pedido de Maria para que tivesse um acompanhante ao seu lado durante a internação. Considerando o disposto no Estatuto da Pessoa Idosa (Lei 10.741/03) à pessoa idosa internada ou em observação

- a) é assegurado o direito a acompanhante, devendo o órgão de saúde proporcionar as condições adequadas para a sua permanência em tempo parcial, segundo o critério médico.
- b) é possível ao hospital negar o direito a acompanhante por falta de estrutura.
- c) é assegurado o direito a acompanhante, devendo o órgão de saúde proporcionar as condições adequadas para a sua permanência em tempo parcial, segundo a vontade da idosa.
- d) é assegurado o direito a acompanhante, devendo o órgão de saúde proporcionar as condições adequadas para a sua permanência em tempo integral, segundo o critério médico.
- e) é assegurado o direito a acompanhante, devendo o órgão de saúde proporcionar as condições adequadas para a sua permanência em tempo parcial, segundo o critério médico.

25. O Decreto 8.727/2016 Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Considerando as disposições do referido decreto, assinale a alternativa incorreta:

- a) Constará nos documentos oficiais o nome social da pessoa travesti ou transexual, se requerido expressamente pelo interessado, acompanhado do nome civil.
- b) Considera-se nome social a designação pela qual a pessoa travesti ou transexual se identifica e é socialmente reconhecida.
- c) Considera-se identidade de gênero a dimensão da identidade de uma pessoa que diz respeito à forma como se relaciona com as representações de masculinidade e feminilidade e como isso se traduz em sua prática social, sem guardar relação necessária com o sexo atribuído no nascimento.
- d) É vedado o uso de expressões pejorativas e discriminatórias para referir-se a pessoas travestis ou transexuais.
- e) O órgão ou a entidade da administração pública federal direta, autárquica e fundacional poderá empregar o nome civil da pessoa travesti ou transexual, acompanhado do nome social, quando entender oportuno.

TRABALHO E TECNOLOGIA

Emannuelle Gouveia

26. Com o avanço das tecnologias digitais, especialmente a partir da chamada Quarta Revolução Industrial, novas formas de organização do trabalho vêm sendo adotadas. Entre os impactos mais relevantes dessas transformações está:

- a) O aumento do emprego formal com estabilidade, impulsionado pela automação de tarefas repetitivas.
- b) A substituição integral de atividades humanas por sistemas inteligentes em todos os setores produtivos.
- c) A ampliação do trabalho remoto e por demanda (gig economy), com flexibilização de vínculos empregatícios.
- d) A eliminação da desigualdade de acesso ao mercado de trabalho em razão da conectividade global.
- e) O fortalecimento de estruturas sindicais tradicionais, como resposta direta à digitalização.

27. O uso de tecnologias como algoritmos, inteligência artificial e plataformas digitais nas relações de trabalho tem gerado debates sobre os limites éticos e legais dessas transformações. Nesse contexto, assinale a afirmativa correta:

- a) O monitoramento algorítmico substitui completamente a gestão humana, eliminando qualquer viés.
- b) A descentralização do local de trabalho anulou a responsabilidade legal das empresas sobre as condições laborais.
- c) O uso de aplicativos de trabalho garante automaticamente proteção previdenciária e trabalhista ao usuário.
- d) A adoção de tecnologias eliminou a necessidade de regulamentação das novas formas de trabalho.
- e) As plataformas digitais passaram a definir critérios de remuneração e avaliação com base em sistemas automatizados.

28. O uso da inteligência artificial e da automação no setor público tem ganhado destaque como estratégia para aumentar a produtividade e melhorar a prestação de serviços ao cidadão. Nesse contexto, assinale a alternativa correta:

- a) A automação de processos administrativos no setor público é vedada pela legislação brasileira, pois compromete o controle humano sobre decisões institucionais.
- b) O uso de IA em serviços públicos tende a reduzir a produtividade, pois depende exclusivamente de intervenção humana em tempo integral.
- c) A aplicação de IA no setor público visa substituir servidores em todas as funções operacionais e decisórias.
- d) O uso da automação e da inteligência artificial pode contribuir para a redução de filas, melhoria na análise de dados e tomada de decisão baseada em evidências.
- e) O emprego de IA no serviço público não exige regulamentação específica, pois está sujeito apenas à legislação trabalhista tradicional.

29. A adoção de tecnologias digitais no setor público pode trazer uma série de benefícios, mas também envolve riscos e limitações importantes. Nesse contexto, assinale a alternativa correta:

- a) A automação de serviços públicos elimina completamente a possibilidade de erros sistêmicos, reduzindo a necessidade de auditorias.
- b) A dependência de fornecedores privados para soluções tecnológicas no setor público pode gerar riscos de dependência tecnológica e comprometimento da soberania digital.
- c) O uso de inteligência artificial em processos administrativos garante decisões neutras e imparciais, eliminando qualquer risco de viés.
- d) Sistemas informatizados tornam desnecessários os controles internos e externos, pois são autossuficientes na detecção de falhas.
- e) A adoção de novas tecnologias no setor público dispensa a necessidade de capacitação contínua dos servidores.

30. A implementação de inteligência artificial e automação no setor público deve ser acompanhada de critérios rigorosos de governança. Sobre os riscos associados a esse processo, assinale a alternativa correta:

- a) Sistemas de IA públicos não precisam de explicabilidade, desde que sejam eficientes, pois a transparência pode comprometer o desempenho.
- b) O risco de discriminação algorítmica é inexistente quando a base de dados utilizada é exclusivamente composta por dados públicos.
- c) A ausência de fiscalização e diretrizes éticas pode levar à opacidade decisória, violando princípios como legalidade e impessoalidade.
- d) A centralização total dos dados em plataformas únicas elimina qualquer vulnerabilidade relacionada à segurança da informação.
- e) O uso de IA no setor público não interfere na proteção de dados pessoais, pois os sistemas são sempre anonimizados.

EIXO TEMÁTICO 1**ENGENHARIA CIVIL I***Guilherme Venturim*

31. Dentre as técnicas utilizadas na avaliação de projetos de investimento, destacam-se o Valor Presente Líquido (VPL) e a Taxa Interna de Retorno (TIR). Em relação a essas técnicas, assinale a alternativa correta.

- a) Quando o VPL de um projeto for positivo para uma dada taxa de desconto, a TIR será sempre menor que essa taxa.
- b) Um projeto com VPL igual a zero apresenta uma TIR superior à taxa mínima de atratividade (TMA) utilizada no estudo.
- c) A TIR é a taxa que iguala o valor presente das entradas de caixa ao valor presente das saídas de caixa, sem considerar o investimento inicial.
- d) O VPL e a TIR podem levar a decisões conflitantes em projetos mutuamente excludentes, principalmente quando os fluxos de caixa diferem em tempo e magnitude.
- e) Um projeto com TIR inferior à taxa mínima de atratividade ainda pode ser aceito, desde que apresente VPL positivo.

32. De acordo com a Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos), em relação às cláusulas contratuais que tratam do reajustamento de preços, assinale a alternativa correta:

- a) O reajuste de preços poderá ser previsto apenas nos contratos com vigência superior a 12 meses, sendo dispensável nos de menor duração.
- b) A cláusula de reajuste contratual deve utilizar um índice fixado pelo órgão contratante, sem necessidade de vinculação à data do orçamento estimado.
- c) A lei permite a utilização de mais de um índice de reajuste, desde que sejam setoriais e definidos por decreto do Poder Executivo.
- d) O reajuste contratual deve ser sempre anual, contado da data da assinatura do contrato, com aplicação do IPCA como índice oficial de correção.
- e) Independentemente do prazo de duração, o contrato deverá conter cláusula de reajuste, com índice vinculado à data-base do orçamento estimado, podendo haver mais de um índice conforme os insumos utilizados.

33. De acordo com as boas práticas de orçamentação de obras públicas e as orientações do TCU, qual das parcelas a seguir NÃO é considerada na composição do BDI?

- a) Administração central da empresa.
- b) Margem de lucro desejada pela empresa contratada.
- c) Encargos sociais incidentes sobre a mão de obra direta.
- d) Tributos incidentes sobre o faturamento, como PIS, COFINS e ISS.
- e) Seguro da obra e garantias exigidas no edital.

34. A Lei nº 14.133/2021, que regula licitações e contratos administrativos, dispõe sobre a matriz de alocação de riscos nos contratos públicos. Sobre essa matriz, assinale a alternativa correta:

- a) Em contratos de obras e serviços de grande vulto, bem como nos regimes de contratação integrada e semi-integrada, o edital deverá obrigatoriamente conter a matriz de alocação de riscos entre contratante e contratado.
- b) A inclusão da matriz de alocação de riscos no edital é facultativa para todas as modalidades de licitação, independentemente do valor ou regime de contratação adotado.
- c) A matriz de alocação de riscos, quando prevista no edital, deve refletir a responsabilidade exclusiva do contratado na gestão de todos os riscos relacionados ao contrato, sem participação do contratante.
- d) A matriz de alocação de riscos deve conter exclusivamente os riscos cobertos por seguradoras, sendo proibida a alocação de riscos operacionais à contratada.
- e) O valor estimado da contratação não deve considerar taxa de risco, mesmo que a matriz de riscos esteja prevista no edital.

35. No contexto da execução de contratos de obras públicas, é fundamental compreender a composição dos custos relacionados à mão de obra. Sobre encargos sociais e encargos complementares incidentes sobre os empregados do contratado, assinale a alternativa correta:

- a) Encargos sociais são despesas com encargos trabalhistas, conforme legislação em vigor, geralmente expressos em percentual, incidentes sobre o custo direto da obra.
- b) Os encargos incidentes sobre a mão de obra, também chamados de encargos sociais ou encargos de leis trabalhistas, variam conforme o regime de contratação do operário — horista ou mensalista.

- c) Os percentuais dos encargos sociais não variam com a localidade em que será realizada a obra.
- d) Os encargos sociais são custos associados à mão de obra como alimentação, transporte, equipamentos de proteção individual, ferramentas, exames médicos obrigatórios.
- e) Dentre os encargos classificados como complementares, podemos citar a Previdência social, FGTS e férias.

ENGENHARIA CIVIL II

Raul Suzuki

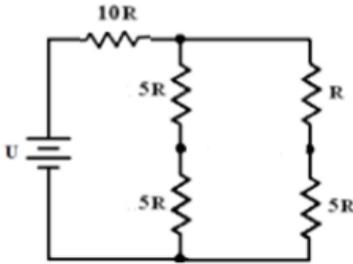
36. A perícia pode ser entendida como:

- a) Uma atividade técnica desenvolvida por qualquer pessoa, desde que possua suficiente experiência no tema analisado, sem a necessidade de observância de requisitos normativos.
- b) Um procedimento técnico que necessariamente envolve apenas a constatação do estado de um bem em situação jurídica controvertida, sem análise denexo causal ou avaliação de custos.
- c) Uma atividade técnica desenvolvida exclusivamente para esclarecer situações de nexocausal em eventos envolvendo obrigações contratuais.
- d) Uma atividade técnica, realizada por profissional habilitado, que pode compreender cumulativamente a análise de fatos, constatações de estado, verificação de requisitos normativos e avaliação de bens ou direitos.
- e) Um procedimento técnico que, de acordo com os preceitos normativos, apenas avalia bens ou direitos relacionados à situação pericial, sem tratar de outras questões de natureza investigativa.

ENGENHARIA ELÉTRICA

Mariana Moronari

37. Considere o circuito da figura abaixo:



A resistência de Thévenin do equivalente de Thévenin vista pelos terminais do resistor R equivale a

- a) 15R
- b) $\frac{55}{4}R$
- c) 10R
- d) 5R
- e) $\frac{5}{2}R$

38. Uma carga residencial monofásica, que consome 50 A de corrente elétrica, é alimentada com uma tensão de alimentação de 100 V por um circuito de 20 m. Considerando que o percentual de queda de tensão admitido pela norma seja de 7%, a queda de tensão unitária do condutor é, em $V/(A \cdot km)$:

- a) 0,14
- b) 2,8
- c) 3,5
- d) 7,0
- e) 14,0

INSTRUMENTAÇÃO E CLPS

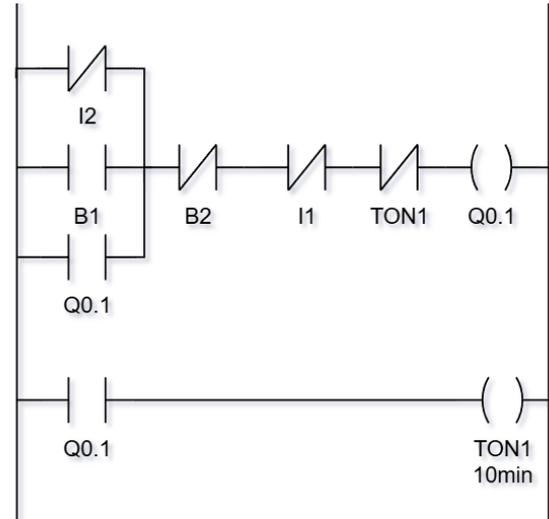
Marcio Télis

39. Um sistema industrial possui um reservatório de óleo de 300 Litros que deve estar sempre entre o nível máximo e mínimo. O engenheiro responsável pelo processo programou um CLP para automatizar o enchimento do reservatório, para isso ele utilizou

botões para permitir o funcionamento manual e sensores para automatizar. Para o enchimento utilizou uma motobomba com vazão de 18L/min.

O Sensor máximo foi posicionado na marca que equivale aos 240 Litros e o sensor mínimo foi posicionado na posição que equivale a 30 Litros.

O Diagrama Ladder ficou da seguinte forma:



Sendo que:

- B1 é um botão de impulso
- B2 é um botão de retenção
- I1 é um sensor de nível máximo
- I2 é um sensor de nível mínimo
- Q0.1 é a saída do CLP que liga a motobomba
- TON1 é um temporizador

Considerando o diagrama e as informações sobre o projeto, analise as afirmativas a seguir.

I. O funcionamento manual se dá pelos botões B1 e B2, sendo que o botão B1 aciona o motor e o botão B2 desliga. Quando o operador aciona B1, mesmo que esqueça de desligar o sensor de nível máximo irá desligar caso ultrapasse o nível máximo, protegendo contra excesso de óleo e que transborde. Caso o sensor de máximo esteja com problemas, o reservatório segue sem perigo de transbordar pois o temporizador irá desligar depois de 10 minutos ligado.

II. Considerando apenas o funcionamento automático (e todos sensores e atuadores em perfeito estado), o reservatório nunca chegará a seu limite, chegando apenas a 80% (240 L) da capacidade.

III. Considerando os sensores e motobomba em perfeito estado, a lógica é robusta e funcionará muito bem tanto em automático como em manual, evitando que transborde em qualquer circunstância e também sempre mantendo os níveis desejados.

- a) Apenas I e III estão corretas.
- b) Apenas II e III estão corretas.
- c) Apenas III está correta.
- d) Todas estão corretas.
- e) Todas estão incorretas.

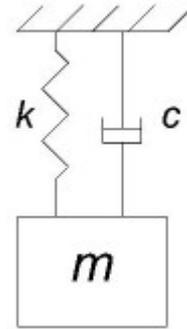
ENGENHARIA MECÂNICA

Juliano De Pelegrin

40. Os sistemas hidráulicos utilizam óleo sob pressão para transmitir potência e realizar trabalho mecânico. Dentre os principais componentes desses sistemas, a bomba hidráulica tem a função de:

- a) fornecer energia hidráulica acumulada para manter a pressão do sistema durante variações de demanda.
- b) controlar a direção do fluxo e permitir o movimento de atuadores.
- c) gerar vazão para movimentar o fluido e pressurizar o sistema.
- d) limitar a pressão máxima a um valor seguro no circuito.
- e) regular a velocidade de um cilindro hidráulico

41. A figura mostra um sistema massa-mola-amortecedor com um grau de liberdade.



A massa m vale 4 kg, a rigidez da mola k é 144 N/m e o coeficiente de amortecimento c é 24 Ns/m. A frequência angular natural amortecida desse sistema é:

- a) $6 \cdot \sqrt{0,75}$
- b) 6
- c) $6 \cdot \sqrt{0,5}$
- d) $6 \cdot \sqrt{0,7}$
- e) $5 \cdot \sqrt{0,75}$

ENGENHARIA MECÂNICA

Felipe Canellas

42. Uma empresa do setor automotivo decidiu adotar uma abordagem mais estratégica para sua gestão da manutenção, implementando práticas que envolvem sensores para captar dados em tempo real sobre temperatura, vibração e pressão de seus equipamentos. Com base nesses dados, o sistema analisa tendências e prevê a necessidade de intervenção antes que ocorra uma falha.

Nesse contexto, o tipo de manutenção adotado pela empresa é denominado:

- a) Manutenção corretiva não planejada
- b) Manutenção preventiva sistemática
- c) Manutenção preditiva
- d) Manutenção detectiva
- e) Manutenção centrada na confiabilidade (RCM)

EIXO TEMÁTICO 2**REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA RURAL E URBANA (LEI Nº 13.465/2017)***Paulo Sousa*

- 43.** Segundo a Lei nº 13.465/2017, não poderá ser selecionado como beneficiário dos projetos de assentamento da reforma agrária aquele que
- Seja trabalhador rural em situação de vulnerabilidade social, com inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais.
 - Resida em área objeto de projeto de assentamento na condição de agregado.
 - Tenha sido proprietário de imóvel rural desapropriado cuja área era insuficiente para o sustento familiar.
 - Seja menor de 18 anos não emancipado na forma da lei civil.
 - Seja filho de assentados com idade entre 18 e 29 anos e residente no mesmo projeto de assentamento.
- 44.** Conforme dispõe a Lei nº 13.465/2017, a alienação de áreas públicas ocupadas por particulares poderá ocorrer de forma gratuita e com dispensa de licitação nas seguintes condições
- Quando a área ocupada for superior a quatro módulos fiscais, desde que haja cultura efetiva.
 - Quando o ocupante for pessoa jurídica sem fins lucrativos, com exploração direta da área.
 - Quando a ocupação envolver área contínua de até um módulo fiscal.
 - Quando houver decisão judicial reconhecendo a posse por mais de cinco anos.
 - Quando o imóvel for rural e destinado exclusivamente à preservação ambiental.

MEIO AMBIENTE*André Rocha*

- 45.** A Lei nº 7.661/1988 institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro como parte integrante da Política Nacional para os Recursos do Mar (PNRM) e da Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA). Sobre tal norma, assinale a alternativa correta.
- Os estados e municípios poderão instituir, através de decretos do Poder Executivo, os respectivos Planos Estaduais ou Municipais de Gerenciamento Costeiro, observadas as normas e diretrizes do Plano Nacional.
 - Normas e diretrizes sobre o uso do solo, do subsolo e das águas, bem como limitações à utilização de imóveis, podem ser estabelecidas nos Planos de Gerenciamento Costeiro, Nacional, Estadual e Municipal, prevalecendo sempre as disposições de natureza menos restritiva.
 - A falta ou o descumprimento, mesmo parcial, das condições do licenciamento para parcelamento e remembramento do solo, construção, instalação, funcionamento e ampliação de atividades, com alterações das características naturais da Zona Costeira, devem ser sancionados com interdição, embargo ou demolição.
 - As praias são bens públicos de uso dominical, sendo assegurado, sempre, livre e franco acesso a elas e ao mar.
 - Entende-se por praia a área coberta e descoberta periodicamente pelas águas, excluindo-se a faixa subsequente de material detritico, até o limite onde se inicie a vegetação natural, ou, em sua ausência, onde começa um outro ecossistema.

46. O Decreto nº 7.747/2012 institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), julgue os itens a seguir.

I - Etnomapeamento: mapeamento participativo das áreas de relevância ambiental, sociocultural e produtiva para os povos indígenas, com base nos conhecimentos e saberes indígenas.

II – Etnozoneamento: instrumento de planejamento participativo que visa à categorização de áreas de relevância ambiental, sociocultural e produtiva para os povos indígenas, desenvolvido a partir do etnomapeamento.

III - A participação nos órgãos de governança da PNGATI é considerada prestação remunerada de serviço público relevante.

Estão corretos:

- a) I, somente.
- b) I e II, somente.
- c) II e III, somente.
- d) I e III, somente.
- e) I, II e III.

47. Sobre princípios e diretrizes das políticas nacionais setoriais de saneamento (Lei nº 11.445/2007) e de mobilidade urbana (Lei nº 12.587/2012), assinale a alternativa correta.

- a) A universalização do acesso aos serviços de saneamento compreende o alcance imediato do acesso de todos os domicílios ocupados ao saneamento básico.
- b) A gratuidade dos serviços de mobilidade urbana é um dos princípios Política Nacional de Mobilidade Urbana.
- c) Exercem a titularidade dos serviços públicos de saneamento básico o Estado em conjunto com os Municípios, em caso de interesse local.
- d) A Política Nacional de Mobilidade Urbana deve promover a integração entre as cidades gêmeas localizadas na faixa de fronteira com outros países sobre a linha divisória internacional.

e) Os contratos de prestação dos serviços públicos de saneamento básico devem definir metas de universalização que garantam o atendimento de 99% da população com água potável e coleta e tratamento de esgotos até 31 de dezembro de 2033, assim como metas quantitativas de não intermitência do abastecimento, de redução de perdas e de melhoria dos processos de tratamento.

ARQUITETURA

Núbia Ferreira

48. As zonas habitacionais declaradas por lei como de interesse social (ZHIS) tem a sua infraestrutura básica definida na Lei nº 6.766/79 que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano. A alternativa que NÃO corresponde às exigências mínimas de infraestrutura básica dos parcelamentos situados em ZHIS é:

- a) vias de circulação.
- b) iluminação pública.
- c) escoamento de águas pluviais.
- d) rede de abastecimento de água potável.
- e) soluções para o esgotamento sanitário e para a energia elétrica domiciliar.

49. Segundo a Lei Federal n.º 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), a garantia do direito a cidades sustentáveis consiste em:

- a) direito das presentes e futuras gerações à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer.
- b) direito à proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído, do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico.
- c) direito à participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, na execução e no acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano.
- d) justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização.
- e) oferta, por parte do Poder Público, de equipamentos urbanos e comunitários, transporte e serviços públicos adequados aos interesses e às necessidades da população e às características locais.

50. Considere que no âmbito do Estado Alfa há uma região metropolitana, formalizada e delimitada mediante lei complementar estadual. Tal região possui estrutura de governança interfederativa própria, de acordo com a legislação correlata, além de plano de desenvolvimento urbano integrado aprovado mediante lei estadual. Nos termos da Lei nº 13.089/2015, essa condição da região metropolitana nomeia-se:

- a) gestão plena.
- b) gestão associada.
- c) governança plena.
- d) gestão interfederativa.
- e) governança cooperativa.

51. A Política Nacional de Habitação (PNH) é uma proposta de enfrentamento do déficit habitacional histórico no país. A PNH será regida pelos seguintes princípios, exceto:

- a) moradia digna como direito e vetor de inclusão social garantindo padrão mínimo de habitabilidade, infraestrutura, saneamento ambiental, mobilidade, transporte coletivo, equipamentos, serviços urbanos e sociais.
- b) função social da propriedade urbana.
- c) articulação das ações de habitação à política urbana de modo integrado com as demais políticas sociais e ambientais.
- d) gestão democrática com participação dos diferentes segmentos da sociedade.
- e) questão habitacional como uma política de governo uma vez que o poder público é agente indispensável na regulação urbana e do mercado imobiliário, na provisão da moradia e na regularização de assentamentos precários.

POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Andressa Lisboa

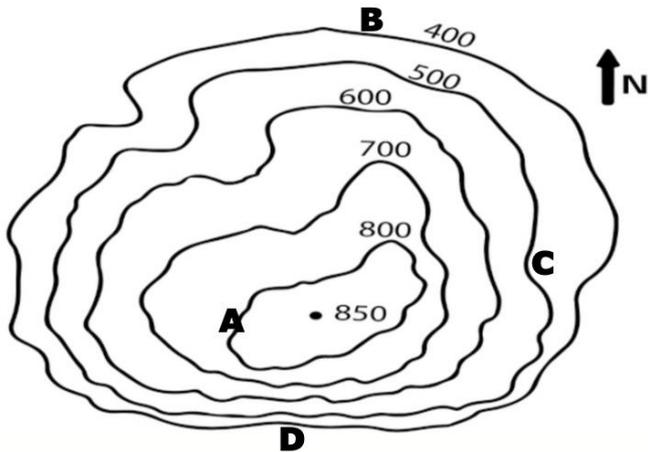
52. A Política Nacional de Desenvolvimento Regional, regulamentada pelo Decreto nº 11.962/2024, prevê instrumentos específicos de planejamento e financiamento. Analise as alternativas abaixo e assinale qual delas NÃO APRESENTA um instrumento de planejamento previsto na normativa:

- a) Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia.
- b) Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste.
- c) Plano Regional de Desenvolvimento do Cerrado.
- d) Planos sub-regionais de desenvolvimento, relativos às sub-regiões da PNDR.
- e) Pactos de metas com governos estaduais e distrital e carteiras de projetos prioritários em diferentes escalas geográficas.

TOPOGRAFIA, CARTOGRAFIA E GEOGRAFIA URBANA

Alexandre Vastella

53. Considere a curva de nível abaixo e os pontos A, B, C e D:



Com base nesta imagem, julgue os itens a seguir:

- I – A declividade entre os pontos A e D é maior do que entre os pontos A e B.
- II – A diferença de altitude entre os pontos A e B é maior do que entre os pontos A e D.
- III – Os pontos B e D estão na mesma altitude e apenas 100 metros abaixo do ponto

Com base nas afirmativas, assinale as corretas:

- a) I, II e III
- b) I e II
- c) III
- d) I e III
- e) II e III

54. “É um espaço geográfico definido e delimitado por relações de poder. Essas relações podem envolver posse, controle, influência e domínio, estabelecendo fronteiras que podem ser físicas ou simbólicas. Não é apenas um espaço físico, mas também um espaço socialmente construído, onde grupos sociais exercem poder e estabelecem suas identidades.”

O conceito descrito acima refere-se à/ao:

- a) Soberania
- b) Gentrificação
- c) Fronteira
- d) Território
- e) Metropolização

EIXO TEMÁTICO 3

ERGONOMIA

Mara Camisassa

55. Levando em consideração a NR17 – Ergonomia, analise as afirmativas a seguir, assinalando (V) para as verdadeiras e (F) para as falsas.

- () A organização deve realizar avaliação ergonômica preliminar da situação de trabalho quando observada a necessidade de uma avaliação mais aprofundada da situação.
- () A concepção dos postos de trabalho deve levar em consideração os fatores ambientais, dentre outros aspectos.
- () Os fabricantes de equipamentos devem projetar os comandos de forma a reduzir possibilidades de erros de interpretação.

Na seqüência em que aparecem, as afirmativas são, respectivamente,

- a) V – F – F.
- b) V – F – V.
- c) F – V – F.
- d) F – V – V.
- e) V – V – F.

**ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA,
LEI Nº 13.146/2015.**

Ricardo Torques

56. Carlos é pessoa com deficiência auditiva e ao solicitar que uma obra intelectual lhe fosse fornecida de maneira acessível, teve o seu pedido negado sob o argumento de que isso feriria a proteção dos direitos de propriedade intelectual. De acordo com o disposto no Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015):

- a) É legítima a recusa em virtude da indisponibilidade dos direitos de propriedade intelectual.
- b) Embora não seja legítima a recusa pelos argumentos apresentados, é admitida a negativa de fornecimento no caso de inviabilidade econômica.
- c) É vedada a recusa de oferta de obra intelectual em formato acessível à pessoa com deficiência, sob qualquer argumento, inclusive o apresentado para a negativa.
- d) É vedada a recusa de oferta de obra intelectual em formato acessível à pessoa com deficiência, sob qualquer argumento, ressalvado apenas o apresentado para a negativa.
- e) Embora não seja legítima a recusa pelos argumentos apresentados, é admitida a negativa de fornecimento no caso de inviabilidade técnica.

57. Pedro, atualmente com 18 anos, sofreu um grave acidente de carro enquanto ainda era uma criança. Desse acidente resultou danos físicos que o impossibilita de caminhar sozinho, precisando sempre da utilização de transportes privados e públicos para se locomover em grandes distâncias. Dentre as condutas abaixo, assinale aquela que viola o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015) em relação ao direito ao transporte, mobilidade, acessibilidade e moradia:

- a) Locadora de veículo que oferece apenas 1 veículo adaptado para uso de pessoa com deficiência, a cada conjunto de 20 (vinte) veículos de sua frota
- b) Frota de empresa de táxi que reserva 10% de seus veículos acessíveis à pessoa com deficiência.
- c) Programa habitacional subsidiado com recursos públicos que reserva 5% (cinco por cento) das unidades habitacionais para pessoa com deficiência.
- d) Programa habitacional subsidiado com recursos públicos que reserva 8% (oito por cento) das unidades habitacionais para pessoa com deficiência.
- e) Prioridade deferida duas vezes a mesma pessoa com deficiência para aquisição de imóvel para moradia própria em programa habitacional público.

ARQUITETURA II

Núbia Ferreira

58. Conforme a NBR-9050 — Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos — a calçada acessível pode ser dividida em três faixas de uso. Na figura abaixo, apresentada na Norma, a letra B refere-se à:

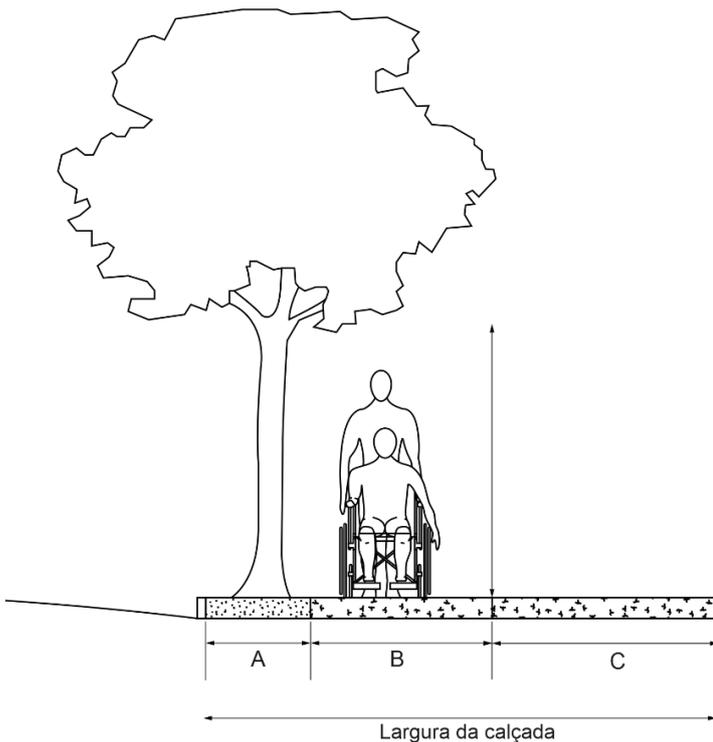


Figura 90 – Faixas de uso da calçada – Corte

- a) calçada.
- b) faixa de circulação.
- c) faixa de acesso.
- d) faixa de serviço.
- e) faixa livre.

59. Em relação ao uso de *softwares* CAD em desenhos arquitetônicos, analise as afirmativas a seguir.

- I. O AutoCAD é um *software* do tipo CAD — *computer aided design* ou desenho auxiliado por computador —, utilizado para a elaboração de peças de desenho arquitetônico apenas em duas dimensões (2D).
- II. A utilização de *layers* (camadas) em um *software* CAD permite organizar diferentes elementos do desenho, como curvas de nível, cotas e detalhes construtivos, facilitando a visualização e a edição do projeto.
- III. Os *softwares* CAD possibilitam a aplicação de escalas, permitindo que os desenhos sejam representados de forma precisa e adequada para análise e execução de obras.
- IV. Os *softwares* CAD permitem a criação de um modelo virtual digital do edifício que reúne todas as disciplinas de projeto de um edifício e seus complementares.

Está correto o que se afirma em:

- a) I, II, III e IV
- b) I, II e III
- c) II e III
- d) II e IV
- e) III e IV

ARQUITETURA I*Andressa Lisboa*

60. A respeito do Building Information Modeling (BIM) e tecnologias correlatas, analise as afirmativas a seguir.

I – Clash detection é a identificação automática de interferências geométricas entre os objetos/elementos que compõem um modelo. Dentre os softwares disponíveis no mercado para verificações e compatibilização, podemos destacar o Autodesk Revit e o Graphisoft Archicad.

II – Nuvem de pontos é um conjunto de coordenadas tridimensionais que representam pontos individuais em um espaço e podem ser obtidos por meio de diferentes tecnologias, incluindo o escaneamento a laser (LIDAR), a fotogrametria, e através de drones equipados com sensores.

III – Gêmeo digital é a representação virtual de uma edificação real, possui recursos como a atualização em tempo real do gêmeo, utilizando sensores, aprendizado de máquina e IoT (internet das coisas).

Quais estão corretas?

- a) I, II e III
- b) I e II
- c) Apenas III
- d) Apenas II
- e) II e III

61. A metodologia BIM, amplamente empregada na compatibilização de projetos de edificações, vai além da simples visualização tridimensional. Cada uma de suas dimensões acrescenta novas camadas de informação ao modelo. Associe, a seguir, cada dimensão do BIM com o tipo de informação:

- I. 3D
- II. 4D
- III. 5D
- IV. 6D
- V. 7D

- () Operação e manutenção
- () Orçamento
- () Sustentabilidade
- () Planejamento
- () Forma e geometria

Assinale a alternativa correta:

- a) II, III, V, IV, I
- b) II, IV, V, I, III
- c) V, III, IV, II, I
- d) V, II, IV, III, I
- e) IV, III, II, IV, I

62. A coordenação modular é aplicável ao projeto e à construção de edificações de qualquer natureza, bem como ao desenvolvimento e à fabricação de seus componentes construtivos. Com base na norma brasileira que regulamenta a coordenação modular em edificações, analise as afirmações a seguir e assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Módulo básico é a menor unidade de medida linear da coordenação modular, cujo valor normalizado é 100mm.
- b) Incrementos submodulares não podem ser utilizados em projetos de coordenação modular.
- c) Podem ser utilizados multimódulos, que são múltiplos inteiros do módulo básico.
- d) É objetivo da coordenação modular a ampliação da cooperação entre agentes da construção civil.
- e) É um princípio da coordenação modular a definição das medidas de fabricação de um componente modular.

63. A análise entre clima e arquitetura é fundamental para a adequada especificação de estratégias bioclimáticas eficazes em uma edificação. Analise as afirmativas a seguir:

- I. Em climas quentes e úmidos, recomenda-se utilizar aberturas grandes para permitir a ventilação noturna.
- II. Em climas quentes e secos, recomenda-se utilizar espelhos d'água para umidificação do ambiente.
- III. Em climas frios, recomenda-se a adoção de pés direitos altos, para facilitar o aquecimento da edificação.

Estão corretas:

- a) Todas
- b) Somente I
- c) II e III
- d) I e II
- e) Nenhuma

ENGENHARIA CIVIL I

Guilherme Venturim

64. Em relação ao sistema de fundação do tipo radier, assinale a alternativa que melhor descreve o comportamento da transmissão de cargas da edificação para o solo:

- a) As cargas são transferidas por meio de elementos estruturais verticais profundos, que atingem camadas resistentes do subsolo.
- b) O peso da estrutura é concentrado em pontos específicos, que se apoiam em camadas impenetráveis do terreno.
- c) As cargas atuam predominantemente sob as paredes portantes, sendo distribuídas por sapatas contínuas.
- d) Os esforços estruturais são direcionados para blocos isolados de fundação, posicionados sob os pilares principais.
- e) As cargas da superestrutura são distribuídas de forma relativamente uniforme sobre uma grande área da fundação, reduzindo a tensão transmitida ao solo.

65. O concreto protendido se destaca por melhorar o desempenho das estruturas frente às cargas de serviço, por meio da introdução de esforços internos de compressão no concreto, gerados pela aplicação de protensão nas armaduras ativas. Essa técnica oferece diversas vantagens em relação ao concreto armado convencional. Contudo, também impõe alguns desafios técnicos.

Nesse contexto, assinale a alternativa que representa uma desvantagem do uso do concreto protendido:

- a) Maior controle da fissuração, o que aumenta a durabilidade das estruturas.
- b) Redução das deformações estruturais em comparação ao concreto armado convencional.
- c) Exigência de mão de obra especializada e utilização de equipamentos específicos na execução.
- d) Possibilidade de concepção de elementos mais esbeltos e com menor consumo de material.
- e) Flexibilidade na aplicação da protensão, que pode ocorrer antes ou depois da concretagem, conforme o método adotado.

66. Em relação às propriedades mecânicas dos aços estruturais, a resiliência é uma característica importante para avaliar o comportamento do material sob esforços dinâmicos e impactos. Considerando esse conceito, assinale a alternativa que apresenta a definição correta de resiliência aplicada aos aços estruturais:

- a) Capacidade do aço de absorver energia mecânica tanto por meio de deformações elásticas quanto plásticas.
- b) Resistência do aço contra riscos, abrasão ou penetração.
- c) Resistência do aço a esforços repetidos, relacionados à fadiga do material.
- d) Capacidade do aço de armazenar e liberar energia durante deformações exclusivamente elásticas, sem causar danos permanentes.
- e) Capacidade de se reduzir a fios, por distensão, sem ocorrer ruptura.

EIXO TEMÁTICO 4**DIREITO AGRÁRIO***Paulo Sousa*

67. Com base na Lei nº 8.171/1991, assinale a alternativa correta sobre os objetivos da política agrícola nacional

- a) A política agrícola deve restringir a participação dos pequenos produtores na formulação das diretrizes do setor, centralizando as decisões no Ministério da Agricultura.
- b) O Estado exercerá função de planejamento exclusivamente indicativa para o setor público e obrigatória para o setor privado, conforme o art. 174 da Constituição Federal.
- c) A política agrícola deve priorizar a rentabilidade da atividade agrícola mesmo que em detrimento do uso racional do meio ambiente.
- d) A política agrícola deve promover a descentralização da execução dos serviços públicos de apoio ao setor rural, visando à complementariedade de ações com Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios.
- e) Um dos objetivos centrais da política agrícola é a desregulamentação total dos mecanismos de garantia da atividade agropecuária, transferindo todos os riscos ao setor privado.

AGRÁRIO*Diego Tassinari*

68. A avaliação da aptidão agrícola das terras e o zoneamento agrícola de risco climático constituem importantes ferramentas de planificação da produção agrícola no país. Sobre esses temas, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) A aptidão agrícola das terras é avaliada quanto à deficiência de fertilidade do solo, deficiência hídrica, excesso de água, suscetibilidade à erosão e viabilidade de mecanização.

b) A capacidade de água disponível do solo para determinação dos parâmetros de risco climático a partir do balanço hídrico é definida a partir da granulometria do solo.

c) O sistema de avaliação da aptidão agrícola das terras considera três níveis de manejo, o primitivo ou de baixo nível tecnológico, o manejo pouco desenvolvido de nível tecnológico intermediário e o desenvolvido ou de alto nível tecnológico, indicados pelas letras A, B e C respectivamente.

d) Devido ao elevado risco de déficit hídrico na agricultura de sequeiro, os parâmetros de risco climático empregados no âmbito do ZARC têm a função de representar unicamente a disponibilidade de água para as culturas.

e) A inclusão de diferentes níveis de manejo no sistema de avaliação da aptidão agrícola permite que uma mesma deficiência seja mais ou menos limitante dependendo do tipo de manejo adotado.

69. Sobre o processo de erosão do solo, assinale a alternativa CORRETA.

a) O processo de erosão hídrica do solo envolve as etapas de meteorização, desprendimento e sedimentação.

b) A erosão laminar é facilmente percebida pela formação de ravinas, que são escavadas pela ação do escoamento superficial concentrado em determinados locais.

c) A erodibilidade indica o potencial da chuva de causar erosão, sendo representado pelo índice EI30, definido como a energia cinética da precipitação com intensidade máxima em um período de 30 minutos.

d) A suscetibilidade do solo à erosão define a sua erosividade, sendo afetada por fatores como textura, mineralogia, estrutura e teor de matéria orgânica.

e) As práticas de controle da erosão visam à redução do desprendimento de partículas da superfície do solo e à redução do escoamento superficial ou sua capacidade de transportar sedimentos em suspensão.

70. O triângulo das doenças de plantas indica que a ocorrência de doenças se dá a partir da interação de três fatores: patógeno virulento, hospedeiro suscetível e ambiente favorável. Sobre as doenças de plantas, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) O ciclo primário ou ciclo de infecção se inicia a partir de fontes de inóculo externas à cultura, espacial ou temporalmente.
- b) O dano provocado pelas doenças de plantas ultrapassa as perdas qualitativas e quantitativas dos produtos colhidos, podendo afetar a capacidade de produção futura das lavouras e até mesmo provocar graves efeitos econômicos e sociais.
- c) Enquanto os patógenos necrotróficos são capazes de sobreviver como saprófitas nos restos de cultura, os patógenos biotróficos são parasitas obrigatórios e apresentam maior grau de especificidade de hospedeiros.
- d) Na avaliação das doenças de plantas, a severidade representa a proporção da área ou volume de determinado órgão afetado pela doença; enquanto a incidência indica a proporção de indivíduos ou órgãos com sintomas ou sinais, sendo por isso mais indicada para avaliação de doenças foliares.
- e) A confirmação da relação causal entre microrganismo e doença se dá pela aplicação do postulado de Koch, que se baseiam na associação constante entre patógeno e hospedeiro doente, no isolamento do patógeno, na inoculação do patógeno e reprodução dos sintomas e no posterior reisolamento.

71. A avaliação da fertilidade do solo é essencial para a correta recomendação de corretivos e fertilizantes. O processo inicia-se com a amostragem do solo, resultando em uma amostra que é encaminhada para análise química em um laboratório. Posteriormente, procede-se à interpretação dos resultados analíticos e à recomendação de corretivos e fertilizantes para determinada cultura agrícola naquela gleba em particular. Sobre a avaliação da fertilidade do solo, assinale a alternativa CORRETA.

- a) A amostragem de solo em lavouras anuais independe do sistema de preparo adotado na área.
- b) A amostragem de solo deve seguir sempre o padrão da camada amostrada de 0 a 20 cm de profundidade, independentemente do tipo de cultura e sistema de manejo.
- c) A coleta de amostras de solo para análise deve ser feita na estação chuvosa, para representar a condição de crescimento das lavouras.
- d) A análise química do solo se baseia no uso de extratores químicos, que devem realizar a extração completa dos nutrientes de plantas da amostra.
- e) O local de retirada das amostras de solo é diferente em lavouras perenes e em lavouras anuais.

72. A comercialização de produtos orgânicos demanda cuidados especiais para manutenção da sua qualidade orgânica, evitando mistura com produtos não orgânicos e contaminação por substâncias proibidas. Sobre a comercialização de produtos orgânicos, assinale a alternativa correta.

- a) produtos com 70 a 95% de ingredientes orgânicos podem ser identificados com o selo do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica e com a indicação de "PRODUTO ORGÂNICO" no rótulo.
- b) A venda direta dos produtos orgânicos oriundos da agricultura familiar aos consumidores também está sujeita à certificação pelo Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica.
- c) É proibida a comercialização de produtos orgânicos sem a respectiva certificação emitida por um Organismo de Avaliação da Conformidade Orgânica-OAC.
- d) Produtos orgânicos passíveis de contaminação por contato e que não possam ser visualmente diferenciados dos não orgânicos devem ser identificados e mantidos em local separado dos demais produtos não orgânicos.
- e) Durante o período de conversão, os produtos oriundos das unidades de produção certificadas já podem ser comercializados como orgânicos.

PESQUEIRO II*André Rocha*

73. Sobre a proteção de recursos pesqueiros no Brasil, julgue os itens a seguir.

I - A maioria dos peixes produzidos no Brasil são nativos das águas brasileiras.

II - Em virtude da sua precariedade, não se utiliza mais o método de linha e isca *viva pole and line* para a pesca industrial.

III - A captura acidental de espécies que não são alvo da pesca é denominada "*bycatch*".

Estão corretos:

- a) I e II, apenas.
- b) II e III, apenas.
- c) I, apenas.
- d) II, apenas.
- e) III, apenas.

74. A Lei nº 11.959/2009 institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regulando as atividades pesqueiras no Brasil. Sobre tal diploma, assinale a alternativa correta.

- a) No Brasil, pode haver a determinação de autoridade competente para a utilização de mapa de bordo e dispositivo de rastreamento por satélite em embarcações, bem como de qualquer outro dispositivo ou procedimento que possibilite o monitoramento à distância e permita o acompanhamento, de forma automática e em tempo real, da posição geográfica e da profundidade do local de pesca da embarcação.
- b) O pescador amador é a pessoa física ou jurídica, brasileira ou estrangeira, que, licenciada pela autoridade competente, pratica a pesca sem fins econômicos.
- c) A pesca artesanal é uma categoria não comercial de pesca.
- d) As embarcações estrangeiras de pesca não podem exercer a atividade pesqueira no Brasil.
- e) As embarcações de pesca comercial de grande porte são aquelas que possuem arqueação bruta (AB) igual ou maior que 20.

75. O Brasil possui uma das maiores diversidades aquáticas do mundo, abrangendo tanto águas continentais quanto marinhas. Os recursos pesqueiros desempenham um papel essencial na economia, na segurança alimentar e na manutenção dos ecossistemas aquáticos. No entanto, a exploração desses recursos deve ser conduzida de forma sustentável para evitar a sobrepesca, a degradação dos habitats e o colapso das populações de espécies exploradas.

Selecione a alternativa que corresponde a uma espécie de peixe marinho comercializada no Brasil.

- a) Pintado.
- b) Tambaqui.
- c) Pacu.
- d) Pirarucu.
- e) Pescada-amarela.

ENGENHARIA DE PESCA*Bruna Klassa*

76. Em relação às estratégias de osmorregulação dos animais aquáticos, denomina-se

- a) estenoalino o animal capaz de se adaptar rapidamente às alterações ambientais, como acontece em ambientes estuarinos.
- b) isosmótico o animal que retém altas concentrações de ureia para manter sua concentração interna próxima à do mar, como acontece com peixes teleósteos.
- c) osmorregulador o animal que se ajusta às alterações de concentração que ocorrem na água do ambiente externo.
- d) eurialino o animal que consegue modificar suas condições fisiológicas controlando o equilíbrio hídrico e as trocas iônicas com o meio.
- e) osmoconformista o animal capaz de regular sua concentração interna, até certo ponto, independentemente da variação do meio externo.

77. A elevação de apenas 1,5° C nas águas oceânicas pode acarretar uma queda na produção pesqueira, porque

- a) aumenta a solubilidade de gases tóxicos na água, permitindo a formação das “zonas mortas”.
- b) o aquecimento das águas superficiais impede a ascensão da água fria profunda para a zona fótica.
- c) reduz a taxa fotossintética em decorrência da diminuição da penetração da luz do Sol.
- d) desacelera a taxa reprodutiva e o desenvolvimento dos organismos aquáticos.
- e) reduz a taxa fotossintética em decorrência da queda na concentração de oxigênio dissolvido.

PESQUEIRO I

Guilherme Tomasoni

78. O Decreto n.º 8.425, de 31 de março de 2015 regulamenta o parágrafo único do art. 24 e o art. 25 da Lei n.º 11.959, de 29 de junho de 2009, para dispor sobre os critérios para inscrição no Registro Geral da Atividade Pesqueira e para a concessão de autorização, permissão ou licença para o exercício da atividade pesqueira. De acordo com a referida norma, a categoria de inscrição no Registro Geral de Atividade Pesqueira (RGP) definida como pessoa física, brasileira ou estrangeira, residente no País, que exerce a pesca com fins comerciais de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, podendo atuar de forma desembarcada ou utilizar embarcação de pesca com arqueação bruta menor ou igual a vinte refere-se a:

- a) pescador e pescadora profissional artesanal.
- b) pescador e pescadora profissional industrial.
- c) armador e armadora de pesca.
- d) pescador amador ou esportivo e pescadora amadora ou esportiva.
- e) aquicultor e aquicultora.

EIXO TEMÁTICO 5

SUSTENTABILIDADE

André Rocha

79. Tício, proprietário de uma fazenda com grande diversidade florestal, decide preservar os recursos ambientais nela existentes, limitando, de forma temporária, o uso de parcela de sua propriedade por parte de outros possuidores a qualquer título, o que realiza por meio de servidão ambiental.

Sobre essa temática, assinale a alternativa correta.

- a) Durante o prazo de vigência da servidão ambiental, é permitida a alteração da destinação da área, nos casos de retificação dos limites do imóvel.
- b) No caso em tela, a servidão ambiental não é possível, pois não existe servidão ambiental temporária, apenas perpétua.
- c) A restrição ao uso ou à exploração da vegetação da área sob servidão ambiental deve ser, no mínimo, a mesma estabelecida para a Reserva Legal.
- d) É vedado ao detentor da servidão ambiental aliená-la, podendo, apenas, cedê-la, parcialmente, por prazo determinado, em favor de entidade pública, com fins especificamente previstos em contrato.
- e) A servidão ambiental somente se aplica à Reserva Legal mínima exigida se a área se mantiver conservada e não for utilizada para uso alternativo do solo.

80. Em relação às temáticas de licenciamento ambiental e EIA/RIMA, assinale a alternativa incorreta.

- a) De acordo com a definição da Resolução Conama nº 1/86, o conceito de impacto ambiental está estritamente relacionado ao de atividades humanas, não contemplando, a princípio, atividades que sejam resultado de fenômenos meramente naturais.
- b) Impacto Ambiental Regional é todo e qualquer impacto ambiental que afete diretamente (área de influência direta do projeto), no todo ou em parte, o território de dois ou mais Estados.
- c) O licenciamento ambiental é um procedimento administrativo ao qual determinadas atividades ou empreendimentos são submetidos para que se ateste sua viabilidade ambiental, sendo que há atividades e empreendimentos que ficam dispensados do licenciamento ambiental.
- d) Para assegurar a efetividade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, incumbe ao Poder Público exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, ao qual deve se dar a devida publicidade.
- e) Segundo a Resolução Conama nº 001/1986, as estradas de rodagem com uma ou mais faixas de rolamento exigem a elaboração do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente (RIMA).

81. Em relação à legislação ambiental exigida para obras, assinale a alternativa correta.

- a) Se houver exigência de Estudo de Impacto Ambiental e seu Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente nos processos de licenciamento ambiental, tais documentos devem ser submetidos ao IBAMA para avaliação, independentemente do ente federativo responsável pelo licenciamento, em virtude de serem exigidos quando o impacto ambiental é significativo.

b) Para as licenças ambientais de empreendimentos e atividades consideradas efetiva ou potencialmente causadoras de significativa degradação do meio, fica garantida a realização de audiências públicas.

c) O Estudo de Impacto Ambiental deve definir medidas mitigadoras dos impactos positivos e negativos, entre elas os equipamentos de controle e sistemas de tratamento de despejos, avaliando a eficiência de cada uma delas.

d) Os estudos necessários ao processo de licenciamento deverão ser realizados por profissionais legalmente habilitados, às expensas do órgão ambiental licenciador.

e) A renovação de licenças ambientais deve ser requerida com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração de seu prazo de validade, fixado na respectiva licença, ficando a licença automaticamente renovada caso não haja manifestação definitiva do órgão ambiental competente.

82. A sociedade empresária Beta Ltda., fabricante de autopeças, deseja importar resíduos sólidos para fins de logística reversa. Considerando essa situação, nos termos da Lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, é correto afirmar que

a) é proibida a importação de resíduos sólidos e de rejeitos, inclusive de papel, derivados de papel, plástico, vidro e metal, razão pela qual tal procedimento será inviável.

b) a importação será permitida apenas se se tratar de pneus inservíveis.

c) a sociedade empresária poderá realizar o procedimento de importação ainda que os resíduos sejam classificados como perigosos, exceto se forem pneus, nos termos do regulamento.

d) a importação poderia ser realizada desde que os resíduos não fossem perigosos.

e) a importação é vedada por se tratar de fabricantes de autopeças, havendo exceção apenas para a importação de materiais e minerais estratégicos, como aparas de papel de fibra longa.

83. A Sociedade Empresária Gama é especializada na prestação de serviços públicos de saneamento básico e ganhou o processo licitatório para prestar tais serviços no Município Alfa. Para prestar os serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto, a Sociedade Gama entrará com pedido de outorga do direito de uso da água junto ao órgão estadual responsável pela emissão de outorgas.

Nesse caso, é correto afirmar que o seguinte uso não exigirá outorga:

- a) Uso de recursos hídricos para a satisfação das necessidades de pequenos núcleos populacionais, distribuídos no meio rural.
- b) Captação de parcela da água existente em um corpo de água para consumo final.
- c) Extração de água de aquífero subterrâneo para consumo final.
- d) Lançamento em corpo de água de esgotos tratados.
- e) Aproveitamento dos potenciais hidrelétricos.

PATRIMÔNIO CULTURAL

Marco Túlio

84. Considerando as definições estabelecidas pela *Carta de Burra* (ICOMOS/1980) para Monumentos e Sítios, assinale a alternativa correta.

- a) O termo bem designa locais, conjuntos e obras que possuam uma significação cultural, independente do entorno a que pertencem.
- b) A conservação de um bem objetiva preservar suas características que apresentem uma significação cultural.
- c) Substância refere-se ao estético, histórico, científico ou social de um bem para as gerações passadas, presentes ou futuras.
- d) O termo uso compatível designa uma utilização que envolve a mudança na significação cultural da substância.
- e) O objetivo central da conservação é preservar a substância de um bem, a partir de medidas de segurança e manutenção.

85. Considerando o entendimento de monumento histórico estabelecido pela Carta de Veneza (1964), assinale a alternativa correta.

- a) Monumento histórico refere-se exclusivamente a bens materiais de origem arquitetônica cujas características estéticas foram preservadas em sua totalidade.
- b) Apenas as grandes obras arquitetônicas representativas de um estilo ou período específico podem ser consideradas monumentos históricos, conforme a Carta de Veneza.
- c) A Carta de Veneza reconhece como monumento histórico tanto grandes criações arquitetônicas quanto obras modestas que adquiriram valor cultural com o tempo.
- d) O conceito de monumento histórico adotado pela Carta de Veneza exclui sítios urbanos e rurais, por não se tratar de construções arquitetônicas isoladas.
- e) Monumento histórico, para os fins da Carta de Veneza, abrange unicamente edificações tombadas por órgãos nacionais, desde que relacionadas a eventos históricos relevantes.

86. De acordo com o Decreto-Lei nº 25/1937, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, assinale a alternativa correta.

- a) O tombamento de um bem imóvel pelo poder público exige a concordância prévia do proprietário, que pode apresentar defesa em caso de notificação.
- b) O ato de tombamento só pode incidir sobre bens imóveis situados em território nacional, excluindo os bens móveis e os naturais.
- c) Os proprietários de bens tombados têm direito à indenização automática, devendo o Estado compensar qualquer restrição ao uso econômico da propriedade.
- d) O tombamento implica em restrições ao uso, modificação ou alienação do bem, que passam a depender de autorização prévia do órgão competente.
- e) O decreto estabelece a exclusividade da União na responsabilidade pela identificação, tombamento e preservação dos bens de valor histórico e artístico

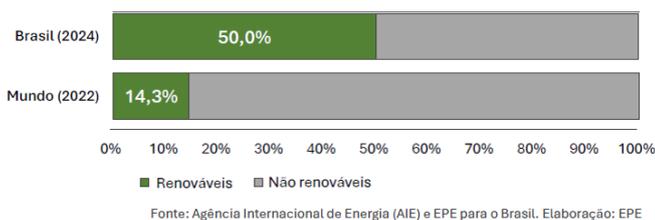
87. A definição de patrimônio cultural imaterial envolve, corretamente:

- a) os bens associados à história, cultura e identidade de um grupo, como conjuntos urbanos e paisagens culturais.
- b) os lugares onde práticas culturais são realizadas, como mercados e santuários.
- c) os modos de criar, fazer e viver, protegidos a partir do tombamento.
- d) as obras, objetos e documentos móveis, como coleções arqueológicas e documentos históricos.
- e) o conjunto de bens cuja conservação é de interesse público, considerando sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil.

ENERGIA

Mariana Moronari

88. Conforme o Balanço Energético Nacional de 2025, a participação de fontes renováveis na matriz energética foi marcada pelo aumento da oferta interna de biomassa, eólica e solar, associado à queda de petróleo e derivados, proporcionando o patamar de 50% de renovabilidade, marco histórico desde o ano de 1990.



A comparação entre a matriz energética do Brasil e a do resto do mundo indica que

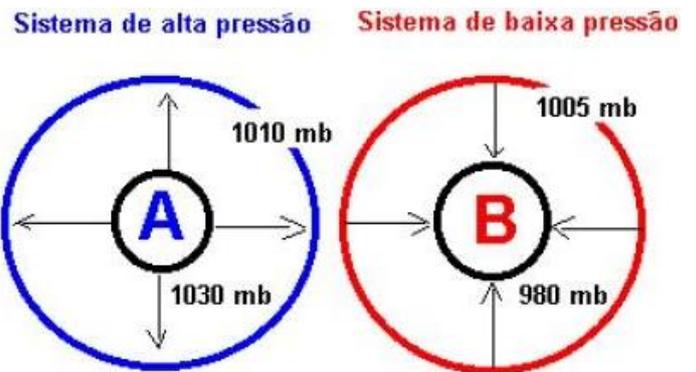
- a) A matriz energética brasileira é significativamente mais renovável do que a mundial, refletindo políticas de diversificação e forte presença da fonte hídrica.
- b) A matriz mundial apresenta maior participação de fontes renováveis que a brasileira, resultado da expansão global da energia solar e eólica.

- c) Tanto o Brasil quanto o mundo possuem matrizes dominadas por fontes renováveis, destacando o avanço uniforme da transição energética.
- d) A predominância de fontes não renováveis, como o carvão mineral, caracteriza a matriz brasileira, à semelhança do cenário mundial.
- e) Apesar da predominância renovável na matriz brasileira, o país ainda depende majoritariamente da energia nuclear e do gás natural.

METEOROLOGIA E CONDIÇÕES CLIMÁTICAS

Saulo Takami

89. Analise a ilustração.



Em relação ao elemento climático pressão atmosférica, assinale a alternativa incorreta:

- a) O ar circula graças às diferenças de pressão atmosférica.
- b) Os ventos se deslocam das áreas de alta pressão para as áreas de baixa pressão.
- c) Os anticlonais são dispersores de ar, dificultando a formação de nuvens carregadas em função do movimento subsidente do ar.
- d) Os ciclônicos são convergentes, favorecendo a formação de nuvens carregadas por causa do movimento ascendente do ar.
- e) As áreas de alta pressão favorecem a formação de nuvens e de ondas.

90. A Caatinga é um bioma único por se estender apenas em terras brasileiras. Sobre o clima predominante em tal bioma, considere as afirmações a seguir:

- I. O clima semiárido é aquele que apresenta baixas precipitações anuais devido à proximidade com a Linha do Equador, como é o caso brasileiro e no continente africano.
- II. Assim como o bioma, o clima semiárido, de acordo com a classificação de Strahler, também só existe no Brasil.
- III. Caracterizado por baixos índices pluviométricos, regiões de clima semiárido podem se transformar em desertos.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as afirmativas I e II estão corretas
 - b) Apenas as afirmativas II e III estão corretas
 - c) Apenas a afirmativa I está correta
 - d) Apenas as afirmativas I e III estão corretas
 - e) Apenas a afirmativa III está correta
-

Discursiva 1

Os centros históricos das cidades brasileiras guardam parte significativa da memória social, arquitetônica e cultural do país. Contudo, muitos desses espaços enfrentam degradação, abandono e descaracterização. A preservação do patrimônio histórico-cultural, além de representar um dever constitucional, está diretamente ligada à promoção de uma sustentabilidade urbana integrada, que valoriza a identidade local e melhora a qualidade de vida da população.

O Decreto nº 25/1937, a Lei nº 6.292/1975 e diversas cartas internacionais de preservação, como a Carta de Veneza e a Carta de Nara, reconhecem a importância da proteção da paisagem urbana em centros históricos, incluindo aspectos arquitetônicos, ambientais, sociais e simbólicos.

Nesse contexto, é urgente refletir sobre estratégias de revalorização dos centros históricos como espaços vivos, que combinem conservação do patrimônio com inovação, inclusão social e sustentabilidade.

A partir do texto motivador e com base em seus conhecimentos sobre sustentabilidade urbana e proteção do patrimônio cultural, redija um texto dissertativo, abordando os seguintes pontos:

1. A importância da preservação do patrimônio histórico-cultural para a identidade e sustentabilidade das cidades;
2. Os principais desafios enfrentados pelos centros históricos brasileiros;
3. Propostas para integrar conservação patrimonial e desenvolvimento urbano sustentável.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Discursiva 2

O crescimento da atividade agropecuária, pesqueira e mineral no Brasil tem impulsionado a economia nacional, mas também acentuado a pressão sobre os recursos naturais e os ecossistemas sensíveis. A busca pelo desenvolvimento sustentável exige a conciliação entre produção e conservação, respeitando os limites ecológicos dos territórios.

O Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE), previsto na Lei nº 6.938/1981, é um instrumento de planejamento ambiental que orienta o uso do solo e dos recursos naturais com base nas características físicas, biológicas e socioeconômicas das regiões. Seu objetivo é promover o ordenamento territorial, minimizar conflitos de uso e direcionar políticas públicas compatíveis com a sustentabilidade.

No entanto, a implementação do ZEE enfrenta desafios técnicos, políticos e sociais, sobretudo em áreas de expansão agrícola e de uso intensivo dos recursos naturais. É necessário refletir sobre como tornar esse instrumento efetivo para garantir um equilíbrio duradouro entre produção e preservação ambiental.

Com base no texto motivador e nos seus conhecimentos sobre planejamento ambiental e sustentabilidade, redija um texto dissertativo, estruturado em introdução, desenvolvimento e conclusão, abordando os seguintes pontos:

1. A importância do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) para a gestão territorial e ambiental;
2. Os principais desafios para sua implementação nas áreas produtivas do Brasil;
3. Propostas para fortalecer o uso do ZEE como ferramenta de conciliação entre produção e conservação.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
